



Interpelação Escrita

Em resposta a uma interpelação escrita minha, o Governo afirmou que ia empregar todos os esforços para promover a adesão ao regime de previdência central por parte das empresas e particulares, e que tinha visitado várias empresas de grande dimensão e instituições de utilidade pública. Porém, os principais participantes no fundo de previdência central não obrigatório são apenas as empresas do jogo e as instituições de serviço social subsidiadas pelo Governo. Segundo informações do Fundo de Segurança Social (FSS), durante o debate das LAG da área dos Assuntos Sociais e Cultura, as autoridades visitaram várias instituições para as convidar a aderir ao fundo de previdência central, porém, as empresas que exploram serviços de concessão exclusiva e as que beneficiam de contratos de franquia na área dos transportes e obras públicas, tais como, abastecimento de água, electricidade, telecomunicações e transportes, entre outros, ainda não aderiram ao regime de previdência central, e o mesmo se verifica com muitas instituições educativas subsidiadas pelo Governo. Durante o debate das LAG da área dos Transportes e Obras Públicas, os governantes deixaram claro que o Governo não intervém, de todo, nas relações laborais das cerca de 20 empresas que prestam serviços de concessão exclusiva e que beneficiam de contratos de franquia, por isso, não ia



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

impulsionar a sua adesão ao fundo de previdência central, embora esteja, neste momento, a ser preparado o novo contrato de concessão dos serviços de autocarros. Perante o facto de cada serviço público actuar à sua maneira, é evidente que não é suficiente contar apenas com as visitas e com os convites para aumentar a participação no fundo de previdência central. A questão reside, então, em saber, qual a importância que a liderança do novo Governo da RAEM atribui à promoção e generalização do regime de previdência central.

Interpelo, então, o Governo, sobre o seguinte:

1. O Governo da RAEM está determinado a contar com os esforços interdepartamentais para a promoção e a generalização do regime de previdência central? Ou vai continuar a deixar que seja o Fundo de Segurança Social a realizar visitas para divulgação do referido regime?
2. A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) deve apoiar as instituições educativas subsidiadas pelo Governo a aderir ao fundo de previdência central, dando liberdade de escolha aos seus trabalhadores e eliminando o mau hábito de transformar as contribuições para a pensão de aposentação em indemnizações por despedimento. Vai fazê-lo?
3. O Governo deve ter determinação para impulsionar as empresas que exploram os serviços de concessão exclusiva e as que beneficiam de contratos de franquia na área dos transportes e obras públicas, tais como,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

abastecimento de água, electricidade, telecomunicações e transportes, entre outros, a aderir ao fundo de previdência central. Particularmente neste momento em que está a ser preparado um novo contrato ou a renovação de contrato, há que chamar as referidas empresas à atenção, no sentido de ajustarem, de forma adequada, os seus planos privados de pensões, para passarem a aderir ao regime de previdência central, dando assim liberdade de escolha aos seus trabalhadores. Vai fazê-lo?

25 de Maio de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong